

SINTIUS



1942 - 2017

# SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

03/01/2018

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

## Analistas projetam estagnação no emprego no Brasil em 2018

Os analistas que mais acertaram as projeções econômicas no Boletim Focus, do Banco Central, preveem um mercado de trabalho pouco aquecido em 2018, com a taxa de desemprego ficando acima de 10% no final do ano. O levantamento foi feito pela Folha junto aos profissionais de 11 das instituições que mais acertaram as estimativas para a economia brasileira durante 2017. Todos projetam que a taxa de desemprego ficará acima de dois dígitos. Os mais conservadores, como o grupo Credit Suisse Hedging-Griffo, que administra um dos fundos mais rentáveis da história do país, veem o desemprego na casa dos 12%. Os que têm uma posição mais otimista, como Rosenberg Associados, estimam uma leve melhora, com a taxa ficando pouco acima de 10%. O resultado ainda está muito distante do piso, que foi de 6,2% no último trimestre de 2013, quando o desemprego começou a aumentar. Até o trimestre encerrado em novembro, a taxa de desemprego estava em 12%, segundo a Pnad Contínua do IBGE. A população desocupada no país somava 12,6 milhões de pessoas, com um grande contingente de trabalhadores sem carteira assinada: desde abril de 2015, cerca de 3 milhões de postos registrados foram perdidos.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 03/01/2018

## Emprego com carteira de trabalho cai ao menor patamar em 5 anos

O número de empregados com carteira assinada atingiu, em novembro, o menor nível dos últimos cinco anos, mostrou a Pnad Contínua, pesquisa nacional do IBGE, divulgada na sexta (29). Mantem a tendência dos últimos meses, o desemprego segue em queda devido ao aumento da geração de vagas informais, sem a proteção e os benefícios da lei trabalhista. O contingente de trabalhadores com carteira atingiu 33,2 milhões de pessoas no trimestre encerrado em novembro, o menor nível da série iniciada em 2012. Desde abril de 2015, quando a formalização começou a cair, cerca de 3 milhões de postos com carteira foram perdidos. É como se toda a população do Uruguai ficasse sem trabalho formal. Em um ano, entre o trimestre encerrado neste novembro e o igual período de 2016, 857 mil pessoas perderam empregos com carteira.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 30/12/2017

## Governo volta atrás e revê regras do trabalho escravo

O Ministério do Trabalho recuou e publicou uma nova portaria nesta sexta-feira (29) que estabelece regras mais duras para a fiscalização do trabalho análogo à escravidão no país. Em seu último ato à frente da pasta, o ministro Ronaldo Nogueira ampliou as situações em que empregadores podem ser punidos por submeter trabalhadores a condições degradantes e jornadas exaustivas.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 30/12/2017

## Nova portaria sobre trabalho escravo é um retrocesso, diz construção

A nova portaria do Ministério do Trabalho, que endurece as regras para o enquadramento do trabalho escravo, foi considerada "um retrocesso enorme" pela Cbic (Câmara Brasileira da Indústria da Construção). Para José Carlos Rodrigues Martins, presidente da Cbic, a nova portaria vai deixar os empregadores vulneráveis a injustiças porque permite "muita subjetividade" nos critérios dos fiscais. Do outro lado, o Ministério Público do Trabalho considerou o recuo do governo um "reconhecimento" e disse que a portaria anterior era "infeliz". Para a procuradora Catarina Von Zuben, porém, o novo texto não avança no combate ao trabalho escravo. "Essa portaria atendeu às nossas reivindicações, mas ela simplesmente reproduziu a situação que já existia", disse.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 30/12/2017

## Fevereiro é prazo limite para a reforma da Previdência

EDUARDO BRANDÃO

DA REDAÇÃO

O vice-líder do Governo na Câmara Federal, Beto Mansur (PRB-SP), calcula prazo de até 50 dias como data limite para a votação da reforma da Previdência. A pressa da base aliada ao presidente Michel Temer (PMDB) tem justificativa: a corrida eleitoral de outubro. As próximas eleições vão renovar as cadeiras de deputados federais e dois terços do Senado.

“Se não votar em fevereiro, não acredito que as discussões vão continuar (ao longo do ano)”, afirma o deputado, que esteve ontem em *A Tribuna*.

Os planos da cúpula governista são de reunir condições para aprovar as mudanças da Previdência até 19 de fevereiro.

Para o parlamentar e ex-prefeito de Santos, quando mais o debate sobre o tema se aproximar do calendário eleitoral, menores são as chances de sua aprovação. Mansur avalia que parcela dos deputados teme perder eleitores caso apareça na imprensa como favorável à reforma. “Em ano eleitoral, fica mais difícil”.

Carro-chefe das medidas apontadas pela equipe econômica de Temer para a retomada do crescimento do País, a previsão inicial era aprovar as alterações na aposentadoria antes do recesso parlamentar – iniciado no último dia 23 e que se estende até 1º de fevereiro. O prazo foi adiado porque os governistas não conseguiram reunir os 308 votos necessários. Mansur calcula ter hoje o apoio de 267 deputados.

Desde a primeira semana de dezembro, o vice-líder do Governo tem mantido agenda constante com Temer para tratar novas estratégias referentes à aprovação da nova Previdência.

## SALÁRIO DE R\$ 954 - Mínimo com aumento de R\$ 17 entra em vigor no dia 1º

O reajuste do salário mínimo em 2018 será o menor desde a criação do Plano Real, em 1994. No último dia útil do ano, o presidente Michel Temer assinou decreto que eleva o mínimo em 1,81%, de R\$ 937,00 para R\$ 954,00. Além de ser o menor aumento em 23 anos, o reajuste será inferior à inflação acumulada nos últimos 12 meses pela primeira vez desde 2011. O reajuste anunciado discretamente em um decreto presidencial surpreende ao trazer aumento menor que o sinalizado pelo próprio governo. Em agosto, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) previa aumento do mínimo para R\$ 979,00 - aumento nominal de 4,48%. Uma semana depois, porém, o governo revisou a previsão para baixo e tirou R\$ 10 do salário ao reduzir o valor para R\$ 969,00 - o que indicaria aumento de 3,41%. O valor anunciado na tarde de ontem, porém, é ainda menor. Do valor revisado pelo próprio governo, foram retirados mais R\$ 15. Portanto, o governo reduziu o novo mínimo que passará a ser pago aos trabalhadores em R\$ 25 ao longo dos últimos meses. Até a quinta-feira, 28, o menor reajuste anual do mínimo havia sido concedido em 1999, quando aumentou 4,62%. A inflação acumulada em 12 meses era, porém, menor que o reajuste: 3,14%. Por isso, apesar de pequeno, o reajuste garantiu aumento real de 1,48% aos trabalhadores e pensionistas naquele ano.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 30/12/2017

## Alimentos puxam inflação na última semana de 2017

O Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S), medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), fechou o ano de 2017 com inflação de 3,23%. A taxa é menor que a de 2016, quando fechou com inflação de 6,18%. O IPC-S é medido semanalmente pela FGV em sete capitais: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre. Em dezembro, o IPC-S registrou inflação de 0,21%, abaixo do 0,36% de novembro. Das oito classes de despesa que compõem o índice, a alimentação foi a que teve a maior alta da taxa, ao passar de uma deflação (queda de preços) de 0,26% em novembro para uma inflação de 0,27% no mês seguinte. Também houve aumento da taxa de novembro para dezembro em vestuário (subiu de 0,01% a 0,11%), saúde e cuidados pessoais (de 0,39% a 0,45%) e educação, leitura e recreação (de 0,33% a 0,37%). O custo com habitação recuou 0,33%, depois de alta de 0,77% em novembro. Também recuaram transportes (de 0,80% a 0,78%), despesas diversas (de 0,08% a 0,21%) e comunicação (de 0,40% a -0,07%).

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 03/01/2018

Fonte do Clipping: Jornal A Tribuna – 31/12/2017

Sinopse Sintius 03/01/2018